



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL DE CONTAS

MABA

30
TGM

TCE

200.278-2/12



Nome:

Nº Orig

Of 107/11

1 Of 28/12/201

Origem PREFEITURA QUEIMADOS

Natureza TERMO ADITIVO

Int. Princ RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Espécie:

Obs. TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 13 DE 26/02/10 REF
CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL EM CAMORIM
03/1929/09

Assunto:

Assunto: 200.278-2/2012 - Termo Aditivo - Construção do Paço Municipal em Camorim

EDITAL CONCORRÊNCIA - TCE - 210.355-4/10

T. Aditivo Nº 1 - TCE - 205.867-2/11

T. Aditivo Nº 2 - TCE - 205.959-1/11

200.278-2/2012 00001
Filme 24829

C454



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

QUEIMADOS

PREFEITURA

PROCURADORIA

Queimados, 28 de dezembro de 2011.

Ofício Nº: 107/2011 – PGM/CEC.

Eu, Sandra Nascimento, matrícula
02/1795 abro a numeração do
proc/doc nº 200.278-2/11

Data: 8/1/2012 Ass:

ASSUNTO: Remessa de ato bilateral.

2º TERMO ADITIVO Nº 126/11, ao contrato nº 13/10 - Município de Queimados x RGI Empreendimentos Ltda.

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Concorrência Pública nº 02/2009.

OBJETO: Prorrogação de Prazo (sem acréscimo de valor).

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6859.2011.04.

Senhor Presidente,

Tendo em vista o disposto na Deliberação 245/07, serve o presente para encaminharmos o TERMO ADITIVO e documentos referidos no artigo 4º, Inciso X e 5º, Inciso IV, a, da citada Deliberação, conforme tabela abaixo, sujeitos à apreciação deste E. Tribunal referente ao mês de **NOVEMBRO de 2011**, informando que os mesmos encontram-se devidamente publicados e com seus respectivos documentos acostados.

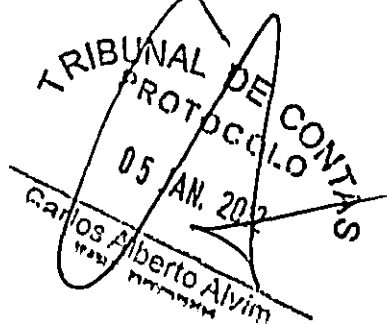
Documentos Anexados	Localização: Volume/Fis.
1. fundamentação legal e justificativa.	Doc. 01
2. comprovação do exame prévio e aprovação da assessoria jurídica do órgão.	Doc. 02
3. comprovação de sua publicação.	Doc. 03
4. documentos para análise da economicidade previstos no art. 5º.	Doc. 04
1. planilha de modificação de itens cortando itens (a acrescentar, excluir e itens novos), composições analíticas de formação de preços unitários (expondo as descrições, quantificações e preços dos insumos) e justificativa dos preços (mediante a relação ou pesquisa dos preços de mercado e respectiva metodologia de pesquisa e/ou referência a sistema de custos utilizado).	
5. nota de empenho.	Não há

Aproveitamos o ensejo para renovarmos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

DANIEL ANTONIO DA SILVA
Coordenador de Execução Contratual

DULCINEA ALVES MACIEIRA MACEDO
PROCURADOR GERAL EM EXERCÍCIO



200.278-2/2012
Filme 24629 00002

Ao

EXMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO Nº
200.278-2/12
MATERIAL 02/1795 - FLS. 12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

PREFEITURA

PROCURADORIA

TCE RJ

PROCESSO N°

200.278-2/12

RUBRICA: 02/1795 FLS. 3

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
13/10, CELEBRADO EM 26 DE FEVEREIRO DE
2010, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE
QUEIMADOS E A EMPRESA RGI
EMPREENHIMENTOS LTDA.**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2009

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e onze, na cidade de Queimados - RJ, celebram o presente termo, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, entidade de direito público, criado pela Lei nº 1.773, de 21.12.90, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 39.485.412/0001-02, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. **MAX RODRIGUES LEMOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 92.499, inscrito no CPF/MF sob o nº 750.616.007-20, e, como Gestora do contrato, a Secretária Municipal de Habitação e Obras, Sra. **CLEIDE DE OLIVEIRA MOREIRA**, brasileira, servidora pública municipal, portadora da cédula de identidade nº. 199.810.201-5, expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 004.141.817-43, residentes e domiciliados nesta Cidade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, de outro lado, a empresa **RGI EMPREENHIMENTOS LTDA**, estabelecida na Estrada Profirio Ernesto de Mendonça, nº 79, Rio Vermelho - Rio Bonito RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.093.429/0001-33, neste ato representada por **RAUL BARGATTINI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 02924286-4 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 263.277.917-00, residente e domiciliado a Rua Amoroso Lima, 100 apto 1,204 - Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, **IRAGUARA DA SILVA PEREIRA FILHO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 04919451-7 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 605.839.677-87, residente e domiciliado a Rua Salomão Filho, 577, bl. 1, apto 405 - Bento Ribeiro, Rio de Janeiro/RJ e **AMILCAR FERREIRA BAGATTINI**, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresas, portador da cédula de identidade nº 11719336-7 expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 077.779.377-66, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a autorização exarada no processo administrativo nº. 6859.2011.04, Concorrência nº 02/09, e ainda o disposto na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações trazidas pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994, atendidas às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente TERMO ADITIVO tem como objeto a prorrogação do prazo para conclusão das obras de construção do Paço Municipal de Queimados, conforme o edital e seus anexos.

200.278-2/2012 00003
Filme 24629



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

PREFEITURA

PROCURADORIA

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo inicialmente estipulado para execução dos serviços foi de 300 (trezentos) dias, iniciando em 08 de março de 2010, tendo seu termo final em 08 de janeiro de 2011. ~~Pelo Primeiro Termo Aditivo foi prorrogado por mais 300 (trezentos) dias, com início em 09 de janeiro de 2011, tendo o seu termo final em 05 de novembro de 2011. Pelo presente instrumento fica prorrogado por mais 10 (dez) meses, com início a contar de 06 de novembro de 2011 e término em 05 de setembro de 2012.~~

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

O presente TERMO ADITIVO mantém e ratifica todas as demais cláusulas do contrato inicial, autorizado pelo processo nº. 03.1929.09 e termo aditivo autorizado pelo processo administrativo nº 04.0141.10

CLÁUSULA QUARTA – AMPARO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO de prorrogação contratual, tem amparo legal no artigo 57, §1º Inciso II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Obriga-se o CONTRATANTE a promover a publicação do extrato do presente instrumento no órgão de imprensa que edita as publicações e seus atos oficiais.

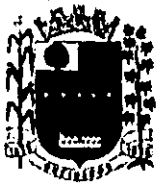
CLÁUSULA SEXTA - REMESSA AO T.C.E

Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa de cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo de legal, após sua regular publicação, se for o caso.

200.278-2/2012 00004
Filme 24629

RECEBUEIRO
200.278-2/12
RECEBUEIRO DE 12/12/12

18
[Handwritten signatures]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

PREFEITURA

PROCURADORIA

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, para que produza os seus efeitos legais.

Queimados, 25 de novembro de 2011.

CONTRATANTE:


MAX RODRIGUES LEMOS
PREFEITO


CLEIDE OLIVEIRA MOREIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E OBRAS
GESTORA DO CONTRATO

Cleide de Oliveira Moreira
Secretaria da SEMOB
Mat. 8718/0
CREA RJ 1998102015

CONTRATADA:

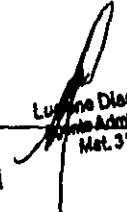

RAUL BARGATTINI
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA


IRAGUARA DA SILVA PEREIRA FILHO
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA


AMILCAR FERREIRA BARGATTINI
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

TESTEMUNHAS:


ALDA DE JESUS
Mat. 3158-2


Luciana Dias da Silva
Mat. 3158-2

PROCESSO Nº

200.278-2/12

FOLHA Nº 12345

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

18º Ofício de Notas - Tabelião Luis Vitoriano Vieira Teixeira
 Av. Presidente Vargas, 435 12. andar - RJ - Tel. 2507-4151 - Nº 772053
 Reconheço por semelhança a(s) firma(s): AMILCAR FERREIRA BAGATTINI-1º
 96/179-SJA34676, RAUL BAGATTINI-1º 6/168-SJA34677, IRAGUARA DA SILVA 8
 PEREIRA FILHO-196/179-SJA34678
 Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 2011 às 08:51:55
 3- Em Testemunha da verdade
 FERNANDO RENAN DE QUEIROZ - Autorizado - FRQ - 1487
 Firma 0,86 + Dados 3,20 + FETJ 0,81 + Fundos 0,40 = R\$15,01





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

PREFEITURA
PROCURADORIA

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUEIMADOS E A
EMPRESA RGI EMPREENDIMENTOS LTDA.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2009.**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, na cidade de Queimados - RJ, celebram o presente CONTRATO, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, entidade de direito público, criado pela Lei nº 1.773, de 21.12.90, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 39.485.412/0001-02, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. **MAX RODRIGUES LEMOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 92.944, inscrito no CPF/MF sob o nº 750.616.007-20, e como Gestora do Contrato a Secretária Municipal de Habitação e Obras, Sra. **CLEIDE DE OLIVEIRA MOREIRA**, brasileira, solteira, Engenheira Civil, portadora da cédula de identidade nº 1998.102015, expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 004.141.817-43, residentes e domiciliados nesta Cidade, de agora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **RGI EMPREENDIMENTOS LTDA**, estabelecida na Estrada Profririo Ernesto de Mendonça, nº 79, Rio Vermelho - Rio Bonito RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.093.429/0001-33, neste ato representada por **RAUL BARGATTINI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 02924286-4 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.277.917-00, residente e domiciliado a Rua Amoroso Lima, 100 apto 1, 204 - Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, **IRAGUARA DA SILVA PEREIRA FILHO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 04919451-7 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 605.839.677-87, residente e domiciliado a Rua Salomão Filho, 577, bl. 1, apto 405 - Bento Ribeiro, Rio de Janeiro/RJ e **ALMICKA FERREIRA BAGATTINI**, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresas, portador da cédula de identidade nº 11719336-7 expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.779.377-66, residente e domiciliado a Rua K, casa 2, Santa Cruz da Serra - Duque de Caxias, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a autorização exarada no processo administrativo nº 03/1929,09, Concorrência Pública Nº 02/2009, e ainda o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações trazidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, atendidas às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para Construção do Paço Municipal, localizado no Bairro Camorim em Queimados, conforme especificações contidas no projeto básico, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e memórias de cálculo, parte integrante do edital de Concorrência Pública nº 02/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

A obra será executada indiretamente pelo regime de

emprego por tempo determinado

200.278-2/2012
Filme 24629

00007

200.278-2/12

PREFEITURA DE QUEIMADOS



CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Os seguintes documentos fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) proposta da contratada;
- b) planilha orçamentária;
- c) cronograma físico-financeiro;
- d) plantas;
- e) memoriais descritivos;
- f) edital de Concorrência Pública 02/2009 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO:

O prazo máximo para conclusão das obras será de 300 (trezentos) dias, contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da respectiva ordem de serviços.

Parágrafo Primeiro – Entender-se-á por conclusão da obra sua realização total no referido prazo e após os 90 (noventa) dias referente ao período de conservação para entrega pela CONTRATADA dos locais livres e desimpedidos, em condições de serem utilizados.

Parágrafo Segundo – Quaisquer modificações no projeto aprovado que acarretem serviços extraordinários ou que decresçam valores de remuneração ao contrato inicial deverão ser contemplados em termo aditivo específico.

Parágrafo Terceiro – O prazo de execução da obra só poderá ser prorrogado mediante solicitação à Srª. Secretária Municipal de Habitação e Obras, no prazo máximo de 10 (dez) dias antes do término do contrato, comprovada a justa causa do pedido e observado o disposto no ato licitatório.

Parágrafo Quarto – No caso de recebimento provisório da obra, as obrigações contratuais perdurarão até a sua aceitação definitiva.

Parágrafo Quinto – O recebimento provisório do objeto ocorrerá mediante apresentação de termo circunstanciado assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

Parágrafo Sexto – O recebimento definitivo do objeto ocorrerá, após 90 (noventa) dias da data da comunicação escrita da CONTRATADA, desde que comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes.

Parágrafo Sétimo – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional, pela perfeita execução do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

6071.2011.04
1.22
QUEIMADOS
PREFEITURA
PROCURADORIA

TCE/RJ

PROCESSO N°

200.278-2/12

PUBLICA: 02/1795 FLS.6

CLÁUSULA QUINTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Este contrato rege-se por toda legislação aplicável à espécie, que desde já entende-se como integrante do presente termo, especialmente o que estabelece a Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08.06.94, a Lei nº 9.648, de 27.05.98, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.88 em seu artigo 37, XXI, bem como, por todas as disposições legais que vierem complementar, alterar ou regular, os acima referenciados diplomas legais.

Para os casos omissos ou dúvidas na interpretação do presente instrumento, aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93, e na hipótese de omissão por parte desta lei, é de se resolver a omissão pela aplicação supletiva dos princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado contidos nos artigos 481 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:

Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 7.174.826,56 (sete milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos) para a execução da obra prevista na Cláusula Primeira e para a totalidade do prazo contidas na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da realização da obra prevista na Cláusula Primeira correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

PROGRAMA DE TRABALHO:	0401.10.122.022.1216.10;
ELEMENTO DE DESPESA:	449051 00.00;
EMPENHO Nº	04/2010, no valor de R\$ 181.719,95 (cento e oitenta e um mil, setecentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos).

Parágrafo Primeiro: Os recursos relativos ao período subsequente serão empenhados de acordo com as diretrizes da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo segundo: A complementação do empenho será feita na forma determinada no plano de trabalho, firmado no Convênio nº 19/2009 com o Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO:

Cabe ao CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Habitação e Obras ou através de empresa especialmente contratada para o gerenciamento e fiscalização, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra contratada, incumbindo-lhe a prática de todos os atos próprios ao exercício deste mister definidos na legislação pertinente, no edital de

200.278-2/2012 00009
Folha 24629



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

TEL: (21)

PROCESSO Nº

200.278-2/12

FABRICA: 02/1735 FLS. 4

licitação e nas especificações da obra, inclusive quanto à aplicação de penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades, desde que previstos no edital.

Parágrafo Segundo – É outorgada à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste contrato, no edital, nas especificações, nos projetos e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione direta ou indiretamente com a obra objeto do presente contrato.

Parágrafo Terceiro – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade da CONTRATADA no que concerne a obra, a sua execução e as consequências e implicações próximas ou remotas, perante ao CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do objeto do contrato não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quarto – O CONTRATANTE terá direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embaraçar a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, após advertência por escrito.

Parágrafo Quinto – No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação do CONTRATANTE, poderá este confiar a outrem a execução da obra reclamada e não executada, descontando o seu custo de uma só vez no primeiro pagamento mensal a ser feito a CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

Além daquelas responsabilidades previstas no edital, obriga-se a CONTRATADA tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços públicos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, desde que comprovada a sua culpa.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA será única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução da obra objeto do presente contrato, respondendo por si ou por seus prepostos.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA será também responsável por todos os danos e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, previdenciária e ambiental, bem como por todas as despesas da execução de eventuais obrigações.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

PREFEITURA
PROCURADORIA

1.73

horários extraordinários (diurnos e noturnos), inclusive iluminação, despesas com equipamentos necessários à execução dos serviços contratados, em suma, por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização da obra até a sua entrega, perfeitamente concluída. Para efeito de formação de preços estipulados neste contrato, os serviços foram considerados como execução de obra pública e, como tal, enquadrados na incidência tributária de ISS.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela guarda, defesa e vigilância dos canteiros das obras, dos materiais, máquinas e equipamentos a serem instalados e empregados no local das obras até 10 (dez) dias após o pedido de aceitação provisória devidamente formalizado e desde que no referido prazo não haja contestações da fiscalização.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deverá planejar, programar, gerenciar e executar a obra, sendo responsável pela qualidade das mesmas executadas e dos materiais ali empregados, em conformidade com as especificações do projeto, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria competente. A ocorrência da desconformidade implicará no refazimento do serviço e na substituição dos materiais recusados, sem ônus para o CONTRATANTE e sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA deverá acatar todas as instruções da fiscalização do CONTRATANTE, cumprindo todas as exigências, especialmente aquelas relativas a prazos de execução, conclusão e entrega do fornecimento de responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Sexto - Os custos decorrentes do fornecimento de água, telefonia, energia, etc., não serão reembolsados pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA deverá fornecer veículos, toda vez que for solicitado, visando agilizar os serviços de fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

A obra objeto do presente contrato será executada sob a direção e responsabilidade técnica do Sr. Otávio Salvatore Nicola Carnevalli, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA sob o nº 501614660/D.

Parágrafo Único - O profissional responsável pela execução da obra deverá apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de obra, características semelhantes ao objeto deste Contrato. A comprovação da capacidade técnica será feita através de certidão ou atestado averbado pelo CREA, demonstrando sua aptidão por já haver executado atividades pertinentes com características semelhantes, limitadas estas, exclusivamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste contrato.

200.278-2/12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



00011.2011.04 p.1

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Obriga-se o CONTRATANTE a efetuar os pagamentos de conformidade com os preços e prazos ajustados neste instrumento contratual, descontadas as multas, se houver, prevalecendo o valor medido pela fiscalização, não podendo o mesmo ser superior ao valor proposto no cronograma físico-financeiro, bem como, prestar todos os esclarecimentos necessários à CONTRATADA, de modo a agilizar ao máximo a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MEDIÇÃO E FATURAMENTO:

Mensalmente, a partir do último dia útil do mês da realização dos serviços, a CONTRATADA efetuará em conjunto com a fiscalização a medição dos serviços, devendo então apresentar para aprovação o boletim de medição conforme modelo a ser apresentado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro – As medições estarão relacionadas ao Cronograma Físico-Financeiro proposto pela CONTRATADA. A aprovação da medição dos serviços executados e extras estará condicionada à prévia autorização do CONTRATANTE. Para tanto, a CONTRATADA deverá informar a fiscalização até o dia 15 (quinze) de cada mês a programação destes serviços.

Parágrafo Segundo – A última medição não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor global do contrato.

Parágrafo Terceiro – Não serão considerados nas medições, quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, ou em suas eventuais alterações no curso do contrato.

Parágrafo Quarto – Qualquer serviço constante da planilha acima referida, poderá ser substituído ou substituído, totalmente ou em parte, por decisão unilateral do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PAGAMENTO:

O pagamento da obra será feito mediante fatura, levantada-se em conformidade com os quantitativos reais dos serviços executados e aprovados pela fiscalização, para faturamento, apurados em medição aplicando-se às mesmas os preços unitários consignados para os diferentes itens na Planilha Orçamentária apresentada na proposta da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro – O prazo de pagamento das faturas de serviços será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de emissão do boletim de medição, sob pena de multa, reservando os dispostos no edital.

Parágrafo Segundo – No caso da fiscalização encontrar erros na medição feita pela CONTRATADA, esta não será devolvida, sendo arquivada no prazo de 30 (trinta) dias.

DE F
PROCESSO Nº
200.278-2/12

EXERCÍCIO DE 2011

200.278-2/2012
Filme 24629 00012



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

PREFEITURA
PROCURADORIA

para pagamento, os dias contados entre a data da devolução e a data da reapresentação da medição, mediante recibo

Parágrafo Terceiro - No caso de haver erros nas faturas, estas serão devolvidas a CONTRATADA para reapresentação, sendo acrescido, no prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, os dias contados entre a data da devolução e a data da reapresentação da fatura, mediante recibo.

Parágrafo Quarto - Apresentadas as notas fiscais/faturas a CONTRATANTE efetuará o pagamento, no prazo de 30 dias após a apresentação, sendo certo que se o pagamento vier a ser efetuado em prazo superior, o valor devido será acrescido a título de penalização, juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, também "Pro-rata", de acordo com o que preceitua o artigo 40, inciso XIV, alínea "d" da Lei 8.666/93, contados a partir do dia seguinte ao seu vencimento e até o dia de seu efetivo pagamento.

Parágrafo Quinto - O pagamento das faturas será efetuado através da apresentação do pedido de pagamento acompanhado das notas da fatura/empenho e Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, atualizada.

Parágrafo Sexto - O pagamento por eventuais serviços não previstos, desde que a sua execução tenha sido autorizada pelo CONTRATANTE será feito por faturamento, tendo por base os preços unitários da Planilha Orçamentária apresentada pela CONTRATADA, nas quantidades apuradas em medição

Parágrafo Sétimo - O pagamento dos serviços executados antes das datas previstas no cronograma, depende à das disponibilidades de caixa do CONTRATANTE. Neste caso, para efeito do que prescreve o parágrafo anterior, somente será considerado o valor dos serviços consignados no cronograma.

Parágrafo Oitavo - O pagamento da fatura final correspondente a um valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor do Contrato atualizado, somente será realizado após a conclusão do despacho de recebimento provisório das obras e uma vez verificado o estado e absoluto limpeza dos pontos de serviços.

Parágrafo Nono - O pagamento das faturas apresentadas se processará mensalmente após a observação dos procedimentos legais cabíveis e comprovação de que o atendimento do respectivo objeto da licitação foi feito conforme as especificações e condições previstas e estabelecidas no presente instrumento, seus anexos, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo, bem como, apresentar a Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, atualizada.

Parágrafo Décimo - Os pagamentos das obrigações, não sendo efetuados a tempo, de acordo com o prazo estabelecido, serão acrescidos à razão 1% (um por cento) ao mês, contados a partir de cada parcela, até o término do contrato e a termo final do período de adimplimento de cada parcela.

PREFEITURA

PROCURADORIA

200.278-2/12

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

200.278-2/2012
Filme 24629

00013



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0097.2011.07

QUEIMADOS
PREFEITURA
PROCURADORIA

1.66

Parágrafo Décimo Primeiro - A título de multa por atraso no pagamento, a Administração será penalizada mediante pagamento de 1% (um por cento) do valor do documento de cobrança em atraso, cumulativamente às demais sanções previstas.

Parágrafo Décimo Segundo - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o Município de Queimados, CNPJ nº 39.485.412/0001-02, e endereços à Secretaria de Habitação e Obras, situada à Rua Félix, 1581 - Centro - Queimados/RJ, CEP 26393-260.

Parágrafo Décimo Terceiro - A contratada deverá apresentar memória detalhada para acompanhar a memória cálculo das medições realizadas, com indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das medições de cada parte ou trecho do item medido.

Parágrafo Décimo Quarto - O item de Administração Local constante na Planilha Orçamentária será proporcional ao percentual mensal de serviços executados e, em caso de necessidade de acréscimo do mesmo, decorrente de acréscimo do preço contratado, deverá ser praticado para o preço do aditamento de Administração Local o mesmo percentual de acréscimo do valor total do aditamento em relação ao preço total inicialmente contratado.

Parágrafo Décimo Quinto - A fiscalização da SEIHOB fará medições a cada 30 dias, de acordo com os serviços executados pela contratada.

Parágrafo Décimo Sexto - Competirá à fiscalização, verificar o exato cumprimento das obrigações no tocante à quantidade e prazo contratual do trabalho executado para fins de apresentação do faturamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PENALIDADES:

O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA no caso de inexecução total do presente contrato as penas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, independentemente da responsabilidade civil ou criminal que couber.

Parágrafo Primeiro - Pelo eventual atraso injustificado ou negligência na execução do contrato, a multa diária de 1% (um por cento) do valor do faturamento do mês correspondente à infração, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Segundo - Caso os atrasos não sejam recuperados em até 10 (dez) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Parágrafo Terceiro - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o contrato, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA, multa compensatória de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

PREFEITURA
PROCURADORIA

100% (cem por cento), sobre o valor da condenação, em razão do inadimplemento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias.

Parágrafo Quarto – Inobstante da utilização de outros meios, o CONTRATANTE poderá cobrar as multas mediante desconto na fatura relativa ao mês em que a infração ocorrer, ou a qualquer tempo, a seu critério.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato para as obras e 50% (cinquenta por cento) para reforma, nos termos do disposto no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação constantes do edital.

Parágrafo Segundo – Dispor, à época do atendimento ao objeto, de todas as máquinas, instrumentos, equipamentos materiais e mão de obra necessários e imprescindíveis à sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição.

Parágrafo Terceiro – Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes de consumo, conservação, reparos, avarias e perdas, inclusive custos de reposição e manutenção de peças, máquinas, equipamentos e materiais necessários à execução do objeto.

Parágrafo Quarto – Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir as necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Arcar com as despesas de seu pessoal, respondendo, ainda, pelos encargos sociais, trabalhistas, securitários e previdenciários.

Parágrafo Sexto – Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sem cumprimento prévio e expresso do CONTRATANTE, não implicando tal consentimento, se ocorrer, em qualquer vínculo entre esta Administração e eventuais subcontratadas, permanecendo a adjudicatária com a total responsabilidade pela subcontratação, inclusive por danos causados a terceiros.

Parágrafo Sétimo – Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desconformidade com os termos estabelecidos neste instrumento, sem que tal fato possa gerar qualquer reclamação ou alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e autorizados.

PROCESSO Nº
200.278-2/12

200.278-2/2012
Filme 24629 00015



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

PI

TCE/RJ

PROCESSO Nº

200.278-2/12

RUBRICA: 02/1791 FLS. 14

Parágrafo Oitavo - Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante o atendimento do objeto.

Parágrafo Nono - Comprometer-se com a manutenção da equipe técnica apresentada para a participação nesta licitação, durante toda a vigência do respectivo contrato, apenas permitindo-se a substituição de membros com a prévia anuência da Administração que avaliará se o novo integrante detém qualificação compatível e adequada à prestação de serviço.

Parágrafo Décimo - Observar, na execução dos serviços e obras, as normas da ABNT, as especificações técnicas dos serviços, bem como as disposições do Diário de Obras.

Parágrafo Décimo Primeiro - Após a conclusão da obra, a CONTRATADA deverá retirar dos locais as máquinas, equipamentos, instalações e todos os seus funcionários, bem como encarregar-se na limpeza das áreas adjacentes às mesmas.

Parágrafo Décimo Segundo - Providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos do Estado, o licenciamento, aprovação de projetos, execução de ligações provisórias ou definitivas e outras quaisquer medidas que se tornarem indispensáveis à execução dos serviços e a sua entrega em definitivo, inclusive com o pagamento de taxas que porventura se fizerem necessárias a estas licenças.

Parágrafo Décimo Terceiro - Responder por danos ou prejuízos que, a qualquer título, sejam causados a terceiros pela execução dos serviços.

Parágrafo Décimo Quarto - Facilitar a ampla ação e inspeção da fiscalização em qualquer lugar da obra e canteiros. A SEHOB poderá exigir a substituição ou afastamento de qualquer dos empregados da contratada, quando considerar necessário, para o bom andamento dos serviços ou bom relacionamento entre contratada e SEHOB.

Parágrafo Décimo Quinto - Manter, permanentemente na obra, durante todo o período de execução da mesma, engenheiro, arquiteto ou técnico capacitado, aprovado pela SEHOB, que a representará junto a fiscalização e cuja substituição somente poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, também aprovado pela SEHOB.

Parágrafo Décimo Sexto - A empresa contratada deverá observar os dispositivos estabelecidos na Resolução nº 307 de 05 de julho de 2002 do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, para fins de gestão de resíduos dos serviços de construção.

Parágrafo Décimo Sétimo - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reembolsar as suas despesas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, delitos, ou incorreções resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, na forma da lei.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

TCE/RJ

PROCESSO Nº

200.278-2/12

RUBRICA: 02/1795 FLS.16

Parágrafo Décimo Oitavo – Obriga-se a CONTRATADA a apresentar os desenhos do cadastro da obra em original no formato e apresentação aprovados pela fiscalização sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Nono – Obriga-se ainda a CONTRATADA a apresentar mensalmente relatório de acompanhamento, trecho a trecho, com todos os ensaios e ocorrências pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA:

A Contratada oferecerá, em garantia do cumprimento das obrigações ora contratadas, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro-garantia, no valor de 1,5% (um e meio por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO:

O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer hipótese prevista neste instrumento, nos casos indicados nos artigos 77 e 78 incisos I à XI da Lei nº 8.666/93. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme previsto nos artigos 77 e 78 incisos XII à XVII do mesmo diploma legal, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a devolução da garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo a rescisão do contrato pelo não cumprimento por parte da CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, poderá o CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções legais:

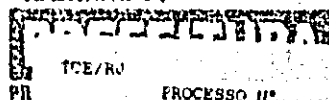
- a) desmobilizar imediatamente o objeto do contrato no estado e local em que se encontra;
- b) ocupar e utilizar o local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, de acordo com o previsto no inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;
- c) execução da garantia contratual e dos valores das multas e indenizações a ela devidas;
- d) retenção dos créditos da CONTRATADA decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos por esta causados.

Parágrafo Segundo – A aplicação das medidas previstas nas letras "a" e "b" do parágrafo anterior fica a critério do CONTRATANTE, que poderá dar continuidade à obra por intervenção direta ou indireta.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS



TCE/RJ

PR

PROCESSO Nº

200.278-2/12

RUBRICA: 02/1795 FLS. 17

Parágrafo Terceiro - O atraso injustificado no início da obra, além de acarretar a rescisão do contrato, faculta ao CONTRATANTE assumir imediatamente o objeto do contrato no estado local em que se encontrar.

Parágrafo Quarto - A declaração de rescisão deste contrato, em todos os casos em que ela é admissível, será feita independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e terá seus efeitos a partir de sua publicação.

Parágrafo Quinto - Em caso de rescisão administrativa, a CONTRATADA ficará obrigada a se retirar do local dos serviços dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Sexto - Caso o CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA o ônus de provar o contrário. Se o CONTRATANTE for réu ou litisconsorte passivo, bastará a sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

Parágrafo Sétimo - O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato antes do seu término, não gerando este ato, direito de indenização à CONTRATADA, em razão do cumprimento das diretrizes da Lei Complementar nº 101/00.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO:

O CONTRATANTE fará publicar obrigatoriamente o texto deste contrato no órgão de imprensa que realiza suas publicações oficiais na forma do disposto no Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REMESSA AO T.C.E.:

Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a entrega de cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ, no prazo de 10 (dez) dias, após sua regular publicação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO:

Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados, Estado do Rio de Janeiro, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS



E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, por si e seus sucessores em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que o mesmo gere os seus devidos e legais efeitos.

Queimados, 26 de fevereiro de 2010.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

GESTORA DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

CONTRATADA:

RAUL BARGATTINI
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

IRAGUARA DA SILVA PEREIRA FILHO
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

ALMICAR FERREIRA BAGATTINI
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

TESTEMUNHAS:

TÍTULO

PROCESSO Nº

200.278-2/12

AMERICA 02.179 FLS.16

Contrato - Obras Construção Paço Municipal - R.G.I Empreendimentos - Proc. 03.1929.09 - Concorrência Pública 02.09.doc

200.278-2/2012 00019
Folha 24629

[Handwritten signature]

Doc. 01

PROCESSO Nº
200.278-2/12
PÚBLICA LITOM. FOLIO

200.278-2/2012 00020
Filme 24629

● Fundamentação legal e justificativa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E OBRAS
GABINETE DA SECRETÁRIA

QUEIMADOS
PREFEITURA
HABITAÇÃO E OBRAS

Queimados, 25 de outubro de 2011.

OFICIO Nº1018/G.S./2011.

Assunto: Prorrogação de Prazo.

Ref.: Processo 03/1929/09 – PAÇO MUNICIPAL DE QUEIMADOS – QUEIMADOS.

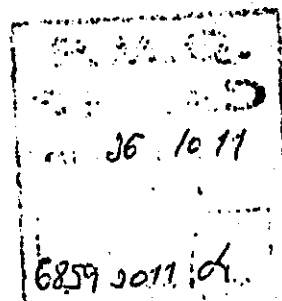
Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Sirvo-me do presente para solicitar a V.Exa, a autorização para conceder a prorrogação de prazo por mais 10 (meses), em virtude da alteração em função da necessidade de modificação do tipo de fundação a ser adotado, houve também a necessidade de modificação no projeto arquitetônico em função de sua compatibilização com o projeto de instalações conforme o memorando e documentação em anexo.

Sem mais para o momento, reafirmo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Cleide de Oliveira de Moreira
Secretária de Habitação e Obras



Ao
Exmo. Sr.
MAX RODRIGUES LEMOS
M.D. Prefeito da Cidade de Queimados

PROCESSO Nº
200.278-2/12
PREFEITURA DE QUEIMADOS - RJ

200.278-2/2012 00021
Filme 24629

DECRETO

PROCESSO Nº

200.278-2/12

RUBRICADA 02/1795 FLS. 01



Rio de Janeiro, 08 de junho de 2011

À
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DA SECRETÁRIA

Att. Dra. Cássia

Ref. : **Processo nº 03/1929/09**
 Assunto: **Prorrogação de Prazo**

Prezada Senhora,

RGI EMPREENHIMENTOS LTDA, com sede a Rua da Assembléia nº 69, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ., inscrita no CNPJ sob o n.º 01.093.429/0001-33, CONTRATADA da obra do **PAÇO MUNICIPAL DE QUEIMADOS - QUEIMADOS**, situada à Rua Mário Pati Junior, s/nº - Queimados – RJ, vem requerer **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE OBRA**, pelos seguintes motivos:

O planejamento da obra teve que ser alterado em função da necessidade de modificação do tipo de fundação a ser adotado. A princípio foi planejada a execução das fundações da obra em estacas pré-moldadas de concreto, o que se mostrou incompatível com as características do solo. Houve necessidade de modificação da solução técnica para estacas metálicas. Com isso, além da troca de estaqueamento modificou-se também, a concepção técnica do projeto estrutural, ocasionando novo estudo por parte do calculista.

Houve necessidade de modificação no projeto arquitetônico em função de sua compatibilização com o projeto de instalações. A estrutura da obra sendo aparente não permitiu que a tubulação de águas pluviais e esgoto pudesse ser instalada em seu caminho natural ao longo da

*Ofício (Protocolo) de 08/06/2011
 Data de recebimento: 08/06/2011*

200.278-2/2012 00022
 Filme 24629

21
RGI EMPREENHIMENTOS LTDA.
 01.093.429/0001-33
 Fabio Versiani
 Engenheiro Civil
 CREA/RJ: 8610 41810/D

edificação, e assim estão sendo feitas adequações não só no projeto de arquitetura como também no de instalações.

Com a necessidade de liberação da área destinada ao imóvel, foi feito o corte do talude e conformação da área da superfície do mesmo. Foi necessário o levantamento topográfico de todo o entorno do prédio para possibilitar o estudo e execução de projeto paisagístico pelos arquitetos da obra. Foi feito inclusive o levantamento das vias públicas para uma perfeita compatibilização do entorno da obra.

Está sendo desenvolvido também o projeto de instalações mecânicas não contemplado no escopo inicial e que caso não fosse feito agora, ocasionaria grandes transtornos posteriormente para execução das instalações (cabeamento) uma vez que a estrutura do prédio é aparente. Sendo assim estará sendo feito o projeto e a execução das instalações para que futuramente seja necessária apenas a instalação dos aparelhos.

Cabe esclarecer que houve também atraso na liberação dos empenhos ao longo do período do contrato acarretando desequilíbrio financeiro e prejudicando o bom andamento da obra.

Houve também na vigência do prazo contratual a ocorrência de períodos intensos de chuvas prejudicando significativamente o andamento dos serviços, ocorrendo paralisações por motivo de formação de grandes bolsões de água e lama agravados inclusive como já é sabido, pelo afluxo de água natural no terreno da obra.

Sendo assim a empresa vem solicitar prorrogação do prazo da obra pelo período de 10 meses.

Atenciosamente

RGI EMPREENDIMENTOS LTDA



RGI EMPREENDIMENTOS LTDA.
01.093.429/0001-33
Fabio Versiani
Engenheiro Civil
CREA/RJ: 8610 41810/D

Handwritten notes:
Folha 01 de 01
Assinado digitalmente
por Fabio Versiani
em 12/08/2012 14:40:00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

DOCUMENTOS

QUEIMADOS
HABITAÇÃO E OBRAS

Queimados, 24 de outubro de 2011.

ACORDÃO DE 26/DE/SENOS

Do Departamento de Engenharia.
a.irm.ª Gláucia da Oliveira Moreira
Secretária de SENOS

Senhora Secretária,

A obra é realizada com participação do Estado do Rio de Janeiro através do Convênio 019/2008 (referente a obra do Estado Municipal). O repasse em 10(dez) parcelas, onde o Estado é responsável por 95%(noventa e cinco por cento) dos recursos e o município por apenas 5%(cinco por cento). O mesmo já foi prorrogado até 17/03/2012, uma vez que até a presente data, só foram liberados o primeiro termo o valor de R\$ 1.000.000,00 (milhão, mil e oitocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e dezessete reais e nove centavos) que representa 25,86%(vinte e cinco e seis por cento) do valor do contrato, embora os serviços hoje já executados ultrapassem 40%(quarenta por cento) do valor contratado.

Fica exposto que não ser esta obra de total execução através do contrato próprio do município por todos os motivos acima já apontados, a prorrogação por um período de 10(dez) meses, até 17/03/2012, para o ano de 2012, desenvolvido por este Departamento de Engenharia e Obras, para a execução da obra.

Atenciosamente,

Gláucia da Oliveira Moreira

Secretária de SENOS

FOE RI

PROCESSO N°

200.278-2/12

NUMERICAL 001191 FILE

[Handwritten signature]
Atenciosamente,
Gláucia da Oliveira Moreira
Secretária de SENOS



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº
019/2009 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO SEM
ALTERAÇÃO DO VALOR – CELEBRADO ENTRE O
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O MUNICÍPIO DE
QUEIMADOS.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Obras, **LUIZ FERNANDO DE SOUZA** e pelo Subsecretário Executivo de Obras, **HUDSON BRAGA**, doravante denominado simplesmente **ESTADO**, e o Município de **QUEIMADOS**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **MAX RODRIGUES LEMOS**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, no uso das suas atribuições legais e, considerando o decidido no processo administrativo nº E-17/001.081/2009, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo Aditivo ao Convênio nº 019/2009**, que regerá por toda a legislação aplicável à espécie, notadamente a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações subsequentes, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, pelo Decreto Estadual nº 3349, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente **Termo Aditivo** é a prorrogação do prazo, sem alteração do valor, do Convênio nº 019/2009 celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Queimados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica o presente Convênio prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de 18 de março de 2011 com vigência até 17 de março de 2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Excluindo-se o disposto nas cláusulas antecedentes continuam em vigor e com suas primitivas redações todas as cláusulas do Convênio e dos Termos Aditivos celebrados até a presente data, que não estejam sendo expressamente alteradas por força do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS PROVIDÊNCIAS

O ESTADO providenciará:

PROT. Nº

PROCESSO Nº

200.278-2/12

AMÉRICA DO LESTE - FÍSICA

200.278-2/2012
Folha 24629

00025



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

- a) Até o décimo dia útil após a assinatura do presente Termo Aditivo, a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado - DOE, condição indispensável para sua eficácia.
- b) No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura, o encaminhamento de cópia à Superintendência de Convênios da Secretaria de Estado de Fazenda e a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças desta Secretaria de Estado; e
- c) No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua publicação, o encaminhamento de cópia ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

E, por estarem de acordo e compromissados, firmam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito, ante as testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2011.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Secretário de Estado de Obras

HUDSON BRAGA
Subsecretário de Estado de Obras

MAX RODRIGUES LEMOS
Prefeito Municipal de Quémados

TESTEMUNHAS

1) _____

200.278-2/2012 00026
Filme 24629

2) _____

200.278-2/12

PROBENÇA

Doc. 02

- Comprovação do exame prévio e aprovação da assessoria jurídica do órgão.

200.278-2/12
200.278-2/12

200.278-2/2012
Filme 24629 00027

Processo nº 6859.2011.04

Requerente: SEHOB

Assunto: Prorrogação de prazo.

Ao
Procurador Geral

EMENTA: Prorrogação de prazo contratual sem ônus para a Administração. Adequação do projeto e superveniência de fato excepcional. Hipóteses acolhidas pelo art. 57, § 1º, inciso I, parágrafo único do art. 8º c/c art. 26, todos da Lei nº 8.666/93. Pedido tempestivo. Inteligência do art. 10 da Deliberação 245/2007 - TCE/RJ.

Refere-se o presente processo de requerimento da Secretária Municipal de Habitação e Obras, solicitando prorrogação do prazo contratual por mais 10 (dez) meses para conclusão das obras/serviços de construção do Paço Municipal, localizado no Bairro Camorim, no Município de Queimados, fls. 02/05.

A SEHOB fundamenta o pedido com esclarecimentos de que a mesma se tornou necessária, "em virtude da necessidade de modificações no projeto arquitetônico em função da compatibilização com o projeto de instalação (...)", fls.02.

200.278-2/12
200.278-2/12

Às fls. 05/21, cronograma físico financeiro, cópias: memorando nº 268, do Departamento de Engenharia da SEHOB e contrato.

Às fls. 23, ciência e autorização para prosseguimento do feito pelo Exmo. Sr. Prefeito que remeteu os autos a PGM.

Às fls. 24, cota da lavra do Exmo. Procurador Geral encaminhando os autos à SEHOB para esclarecimentos.

É o breve relatório.

FUNDAMENTAÇÃO DE MÉRITO

Quanto a análise da questão, por esta PGM, vale ressaltar que nos termos do que dispõem os artigos 132 da Constituição Federal, artigo 102 da Lei Orgânica do Município de Queimados, combinado com o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Queimados, está sendo realizada sob o prisma estritamente jurídico, nos termos do artigo 4º, inciso X, "b", da Deliberação nº 245/07 - TCE/RJ, que é aquela prevista no artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública Municipal, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Analizados os elementos dos autos verifica-se, ante as justificativas suscitadas, que é o pedido tempestivo, de acordo com art. 10 da Deliberação 245/2007 - TCE/RJ, e quanto a matéria de mérito o pedido encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente, particularmente no art. 57, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93, que abaixo se reproduz "in verbis":

"Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:


I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração."

CONCLUSÃO

Pelo exposto, com fulcro no art. 57, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93, opino pelo **DEFERIMENTO** do pedido de prorrogação, sem ônus para a Administração, com a consequente elaboração do instrumento contratual.

Para eficácia do ato de prorrogação, faz-se necessário a observância do art. 8º, parágrafo único c/c art. 26 da Lei nº. 8.666/93.

Queimados, 22 de novembro de 2011.


DULCINEA ALVES MACÊDO
1ª Subprocuradora Geral
Matr. 4.199/8

Doc. 03

- Comprovação da publicação do extrato do contrato.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº 986 de 07 de abril de 2010

PROJETO

PROCESSO Nº

200.278-2/12

AVERBAÇÃO: 02/1734 FL3, 31

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

1.0435 Terça-feira 20 de Dezembro de 2011 - Ano I - Página 7

Assinatura
Município de Queimados

Doc. 04

TCE/RS

PROCESSO Nº

200.278-2/12

AUERICA: 00 1791 FLS. 33

- Documentos para análise da economicidade previstos no art. 5º.

Última folha deste documento.
Recebido por S. TGM
Em 04/01/12
Coordenadoria de Gestão Documental
CGD - TCE-PI

RELACIONAMENTO DE MÉRITO

210355-4/2010 - EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA/MUNICIPAL

020667-1/2010 - RESPOSTA A OFÍCIO *

RELACIONAMENTO DE TRAMITAÇÃO

218510-2/2010 PRINCIPAL — CONTRATO Nº 013/2010. — CONHEC. ARQUIVADO.
205867-2/2011 APENSO — TERMO ADITIVO Nº 01 — CONHEC. ARQUIVADO.
205959-1/2011 APENSO — TERMO ADITIVO Nº 02/10 — CONHEC. ARQUIVADO.
210355-4/2010 APENSO (+ 1 Doc)

PENDÊNCIAS PARA TRAMITAR

SEM PENDÊNCIA

Processo : 200.278-2/2012
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Sector :
Natureza : TERMO ADITIVO
Interessado : RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Observação : TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 13 DE 26/02/2010 REF
 CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL EM CAMORIM PROC ADM
 03/1929/09

Senhor Inspetor-Geral,

Trata o presente do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2010, celebrado em 25/11/2011, entre a Prefeitura Municipal de Queimados e a empresa RGI Empreendimentos Ltda.

Objeto	Prorrogação do prazo do contrato original nº 013/2010.
Fundamentação	Artigo 57, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
Prazo	Prorrogação por mais 10 meses, de 06/11/2011 a 05/09/2012.
Valor	Cláusula não alterada.
Signatário	Max Rodrigues Lemos – Prefeito.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1 - Relaciona-se a seguir os atos anteriores:

NATUREZA	OBJETO	PROCESSO TCE Nº	SITUAÇÃO
EDITAL/ATO	Construção do paço municipal	210.355-4/10	Conhec. arq.
CONTRATO	idem	218.510-2/10	Conhec. arq.
1º TERMO ADITIVO	Rerratificação das obras.	205.867-2/11	Conhec. arq.
2º TERMO ADITIVO	Prorrogação de prazo.	205.959-1/11	Conhec. arq.

1 - DA ANÁLISE

Considerando critérios consubstanciados na legislação que rege a matéria, procedeu-se à verificação das questões normativas relativas à formalização do presente ato, conforme a seguir demonstrado:

FONTES DOS CRITÉRIOS	Lei nº 8.666/93 Deliberação TCE-RJ nº 245/07
-------------------------------------	---

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
1.1	Consta descrição clara do objeto?	x			03
1.2	Constam justificativas para a formalização do aditamento que abordem motivos previstos no Art. 57 ou no Art. 65, incisos I ou II, da Lei nº 8.666/93?	x			20/25
1.3	Em caso de alteração quantitativa do objeto, o acréscimo ou supressão é de até 25% do valor inicial atualizado ou no caso de reforma de edifício ou de equipamento de 50% para os acréscimos?			x	
1.4	Em caso de prorrogação, a duração do contrato observa os limites previstos nos incisos II, IV ou V, ou no § 4º, todos do Art. 57 da Lei 8.666/93?			x	
1.5	Em caso de prorrogação de contrato de prestação de serviço de natureza contínua, com ou sem reajuste, há elementos nos autos que indiquem que a Administração buscou a vantajosidade por meio da celebração do aditamento?			x	
1.6	Em caso de reajustamento de preços, os documentos encaminhados indicam que foram observados os critérios, data-base e periodicidade previstos no contrato?			x	
1.7	O objeto do termo aditivo firmado é compatível com o objeto originalmente contratado?	x			03
1.8	O termo aditivo foi celebrado tempestivamente, dentro da vigência do contrato?	x			04
1.9	Foi indicado o empenhamento da despesa?			x	

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sím	Não	NA	
1.10	Do exame dos documentos encaminhados para a verificação dos preços unitários dos itens novos, por amostragem, em relação a valores médios de mercado, verifica-se ausência de indicação de sobrepreços?			X	
1.11	Consta a comprovação do exame e aprovação da minuta pela assessoria jurídica?	x			27/29
1.12	Consta a publicação do extrato do termo aditivo na imprensa oficial como condição para sua eficácia?	X			31
1.13	Houve lançamento no SIGFIS?		x		Banco de dados

NA – Não aplicável

2 – DO RESULTADO DA ANÁLISE

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, considera-se que o presente Aditivo encontra-se formalizado nos termos da legislação que rege a matéria. Contudo, cabe a seguinte ressalva:

Após pesquisa no Sistema de Controle e Acompanhamento Processual, procedemos o resumo dos processos abaixo relacionados:

TCE-210.355-4/10 – Edital

TCE-218.510-2/10 – Contrato

TCE-205.867-2/11 – Aditivo nº 01

TCE-205.959-1/11 – Aditivo nº 02

TCE-200.278-2/12 – Aditivo nº 03. (fica subentendida ser a numeração correta).

Do acima exposto, observa-se que o seqüencial lógico do termo aditivo sob análise deveria ter sido o número 03.

3 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante da análise procedida, sugere-se:

1. **CONHECIMENTO** do presente instrumento, nos termos do inciso XXV, artigo 4º do Regimento Interno desta Corte, considerando que não foram detectadas irregularidades em sua formalização, sendo certo que outros aspectos, inclusive quanto à legalidade, à economicidade e à execução, poderão ser abordados em

auditorias ou outras ações inerentes à fiscalização que compete a este Tribunal, e o posterior **ARQUIVAMENTO** do processo, com as **DETERMINAÇÕES** a seguir elencadas:

- Providenciar a correção (retificação), na numeração do presente termo aditivo para: TERMO ADITIVO Nº 03, com a posterior publicação oficial para todos os efeitos legais.

3 IGM, 01/06/2012


LUIZ ROBERTO A SOARES

Técnico

Matrícula 02/003490

Sr. Subsecretário Adjunto da SUM,

De acordo.

À consideração de V.Sª.

3 IGM, 01/06/2012


JOSE LUIZ DOS REIS QUEIROZ

Inspetor Geral

Matrícula 02/002843

Processo : 200.278-2/2012**Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS****Sector :****Natureza : TERMO ADITIVO****Interessado : RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA****Observação : TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 13 DE 26/02/2010 REF
CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL EM CAMORIM PROC ADM 03/1929/09****Sr. Subsecretário-Adjunto da SUM,**

Em face da revisão efetuada por esta Assessoria nos autos do processo TCE-RJ nº 200.278-2/12, que versa sobre termo aditivo, formalizado pela Prefeitura Municipal de Queimados, apresenta-se o seguinte resultado:

1 - DA REVISÃO

Item	Lista de verificação	Sim	Não
1.1	As informações lançadas no preâmbulo da instrução guardam paridade com os elementos constantes do processo?	X	
1.2	Foram observadas, estritamente, as Questões Normativas contidas no Modelo?	X	
1.3	Na análise das Condições foram devidamente observados os Critérios correspondentes?	X	
1.4	Foi evidenciada a localização, no processo, dos documentos que serviram como base para a análise procedida?	X	
1.5	Todas as questões normativas qualificadas como "não conformidades" (Condição assinalada com "NÃO") foram tratadas no tópico "Resultado da Análise"?	X	
1.6	Na descrição dos achados foram observados os critérios estabelecidos no Manual de Auditoria Governamental do TCE-RJ, especialmente quanto ao contido nas Seções "E" e "F"?	X	
1.7	A Proposta de Encaminhamento obedece às opções pré-determinadas?	X	
1.8	Na Proposta de Encaminhamento foram consignados integralmente os achados descritos no quadro "Resultado da Análise"?	X	
1.9	Foram verificados os aspectos e as orientações estabelecidas no Tutorial de preenchimento dos modelos - documento SGE.SUM.2.06.001.01.117	X	

2 - DO RESULTADO DA REVISÃO

Em face da revisão realizada, estamos de acordo com a instrução precedente.

3 - DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Estando de acordo com a instrução precedente, opina-se pelo encaminhamento dos autos à consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o Ministério Público Especial junto ao TCE-RJ, com a sugestão constante às fls. 36/36-v.

SUM, 11/06/2012.



MARIA OLIVIA GONCALVES VELLOZO

Assessor

Matrícula 02/003087

DE ACORDO.

À consideração do Colendo Tribunal em sessão, ouvido, previamente, o Douto Ministério Público Especial junto ao TCE-RJ.

SUM, 11/06/2012.



LUIZ CARLOS GUIDINI JUNIOR

Subsecretário-Adjunto

Matrícula 02/003489



MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Proc. TCE-RJ nº

200.278-2/12

Fls.

38

Rubrica

[Assinatura]

EGRÉGIO TRIBUNAL :

O MINISTÉRIO PÚBLICO, face às manifestações do CORPO INSTRUTIVO, opina pelo **CONHECIMENTO**, sem prejuízo da(s) **DETERMINAÇÃO(ÕES)** elencada(s), e o posterior **ARQUIVAMENTO**, nos moldes preconizados pela 3ª LGM, às fls. 36/36 - verso.

Rio de Janeiro, 28 / 06 / 2012

200.278-2/2012 00043
Filme 24629

VITTORIO CONSTANTINO PROVENZA
Procurador

GABINETE DO PRESIDENTE

Recebido em 02/07/12 às h

[Assinatura]
Magno G. M. Carvalho
Mat. 02/3731

CERTIFICO que o presente processo foi
distribuído por sorteio ao Exmo Sr. CONSELHEIRO
MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR, para
relatar em sessão.

GAP 10, 07, 2012 JL

Prazo para relatar até: 30 DIAS

Ronirio Lima Jr. Acet-
7/12/12

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR

VOTO GC-3

003.535/2012

Processo: TCE-RJ nº 200.278-2/12
Origem: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Assunto: TERMO ADITIVO

Trata o presente processo sobre TERMO ADITIVO, relativo ao contrato nº 13/10 (TCE nº 218.510-2/10), celebrado entre Prefeitura de Queimados e a empresa RGI comércio e Representações Ltda., objetivando a prorrogação do prazo contratual.

O Corpo Instrutivo (fls. 35/36-verso) sugere o conhecimento, com determinação e posterior arquivamento do processo.

O Douto Ministério Público, representado pelo Procurador VITTORIO CONSTANTINO PROVENZA, manifesta-se no mesmo sentido.

É o relatório.

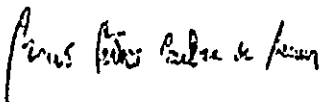
De acordo com o Corpo Instrutivo e o Ministério Público,


VOTO:

1- Pelo **CONHECIMENTO** deste termo, com **DETERMINAÇÃO** a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS, na forma proposta pela instrução de fls. 35/36-verso.

2- Pelo posterior **ARQUIVAMENTO** do presente processo.

GC-3, 21 AGO. 2012


MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR
Relator


MARIA THEREZA BARBOSA DIOGO
Chefe de Gabinete
Matr. 02.003.284/0-5 TCE-RJ

TCERJ-ARLINDOX



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria-Geral das Sessões

TCE-RJ

Processo n.º 200278-2/2012

Rubrica

fls. 110

Certifico que o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em sessão plenária realizada nesta data, decidiu por CONHECIMENTO com DETERMINAÇÃO e ARQUIVAMENTO, nos termos do voto do Conselheiro-Relator Marco Antonio Barbosa de Alencar.

À Coordenadoria Geral de Gestão Documental (A).

Secretaria-Geral das Sessões, 21 de agosto de 2012.

Gardênia de Andrade Costa

GARDÊNIA DE ANDRADE COSTA

Secretária-Geral das Sessões
Matr. 02/3626

200.278-2/2012
Filme 24629 00046

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO PRS/SSE/CSO 32520/2012

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2012.

Senhor Prefeito,

Comunico a V.Ex.^a que, em sessão plenária de 21/08/2012, nos termos do voto do Conselheiro Marco Antonio Barbosa de Alencar, que examinou o Processo TCE/RJ 200.278-2/2012, o Tribunal decidiu pelo conhecimento e arquivamento com determinação(ões), conforme cópia anexa.

Atenciosamente,

JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR
Presidente



EXMO. SR.
MAX RODRIGUES LEMOS
PREFEITO MUNICIPAL DE QUEIMADOS - A/C CARLA CONSTANCIA PINTO DOS SANTOS E/OU
SEBASTIÃO SILVEIRA E/OU MARTA VERÔNICA DOS SANTOS ÁLVARO
RUA ALVES, 68, 2º ANDAR
CENTRO - QUEIMADOS/RJ CEP 26.380-040
REF.PROC.TCE/RJ 200.278-2/2012
OFÍCIO PRS/SSE/CSO 32520/2012

02/001906 OF139

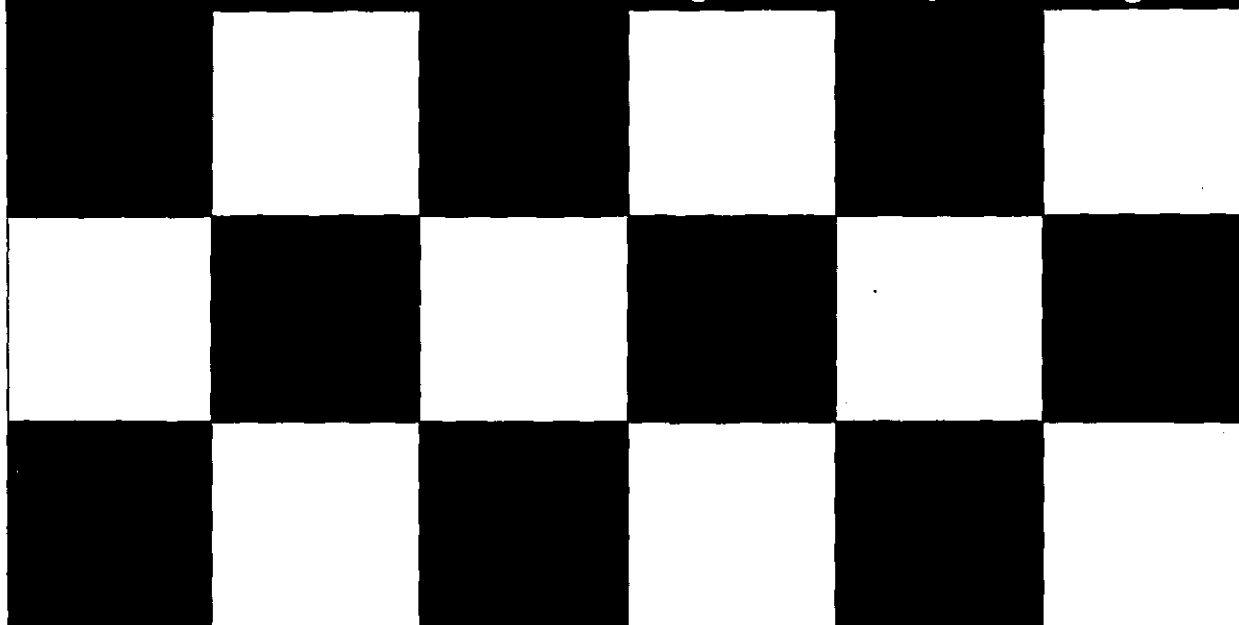
200.278-2/2012 00047
Folha 24629

Processo nº

Rubrica

Fls.

Sinalética de Microfilmagem e Digitalização



Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED

Este processo/documento TCE foi microfilmado e digitalizado até esta folha, conforme atuação, e identificado abaixo pelo GED com nº do filme e sequencial numérico.

Data 12 / 9 / 12

Empresa/Indexador (nome):

Matrícula ou identidade:

Assinatura ou rubrica: Assina

200.278-2/2012
Filme 24629 00048